



Carta de Compromisso - "Direito Penal e Saúde Mental: Construindo uma política antimanicomial"

Nos dias 21, 22 e 23 de Setembro foi realizado o Webinário "Direito Penal e Saúde Mental: construindo uma política antimanicomial" pelo Grupo de Monitoramento do Sistema Carcerário e de Execução de Medidas Socioeducativas e pela Escola de Magistratura do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso com o apoio da Defensoria Pública Estadual, do Ministério Público Estadual, da Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional MT, da Secretarias de Estado de Segurança Pública e de Saúde do Governo do Estado, e do Programa Fazendo Justiça (CNJ/PNUD). O sítio virtual do evento foi organizado pela Escola Superior da Defensoria Pública Estadual, qual seja: <https://www.even3.com.br/direitopenalesaudemental/>

O evento envolveu 434 pessoas, dentre magistrados/as, Promotores/as de Justiça, Defensores/as Públicos/as, Advogados/as, profissionais da política de saúde, da administração penitenciária e organizações da sociedade civil, nesse 03 (três), em que foram discutidos: Tecendo redes de atenção à saúde mental de pessoas em conflito com a lei pós-reforma psiquiátrica, percursos e aprendizados dos Programas de Atenção Paciente Judiciário e apresentação de casos exitosos e fluxos de atendimento a pessoa com transtorno mental em conflito com a lei, conforme programação anexa.

CONSIDERANDO a Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental;

CONSIDERANDO a Lei Complementar MT Nº 465, de 28 de maio de 2012, que dispõe sobre a criação da Lei Estadual de Atenção Integral à Saúde Mental e dá outras providências.

CONSIDERANDO a Resolução CES/MT Nº 14/2011, que resolve Aprovar a Política Estadual de Saúde Mental.

CONSIDERANDO a Resolução CNPCP nº 05, de 4 de maio de 2004, que dispõe a respeito das Diretrizes para o Cumprimento das Medidas de Segurança, adequando-as à previsão contida na Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001;

CONSIDERANDO a Resolução CNJ nº 113, de 20 de abril de 2010, que, entre outras providências, dispõe sobre o procedimento relativo à execução de pena privativa de liberdade e medida de segurança;

CONSIDERANDO a Resolução CNPCP nº 04, de 30 de julho de 2010, que dispõe sobre as Diretrizes Nacionais de Atenção aos Pacientes Judiciários e Execução da Medida de Segurança;

CONSIDERANDO a Portaria Interministerial nº 1/MS/MJ, de 2 de janeiro de 2014, que institui a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP) no Sistema Único de Saúde;

CONSIDERANDO a Portaria nº 94/GM/MS, de 14 de janeiro de 2014, que institui o Serviço de Avaliação e Acompanhamento às Medidas Terapêuticas aplicáveis à Pessoa com Transtorno Mental em Conflito com a Lei (EAP), no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), com o propósito de redirecionar os modelos de atenção de acordo com as singularidades e as necessidades de cada caso, viabilizando o acesso e a qualidade do tratamento e acompanhando a execução das medidas terapêuticas em todas as fases do processo criminal;

CONSIDERANDO a Portaria nº 95/GM/MS, de 14 de janeiro de 2014, que dispõe sobre o financiamento do serviço de avaliação e acompanhamento às medidas terapêuticas aplicáveis ao paciente judiciário, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);

Afirmando o propósito comum de **fortalecimento de uma política intersetorial de atenção e cuidado à pessoa com transtorno mental em conflito com a lei com foco na garantia de seus direitos, na primazia do cuidado em liberdade e no respeito aos direitos humanos**, os signatários abaixo assinado **COMPROMETEM-SE** em:

- Fortalecer a cobertura de saúde das unidades prisionais por meio do Grupo Condutor Estadual da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade (PNAISP) do Estado, buscando implementar Equipes do serviço de avaliação e monitoramento das medidas terapêuticas aplicadas às pessoas com transtorno mental em conflito com a lei (EAPs) e atenção às pessoas que estão em unidades prisionais;
- Implantar um Programa de Atenção à Pessoa com Transtorno Mental em Conflito com a Lei do Estado de Mato Grosso, a ser formalizado por Protocolo Interinstitucional dos Poderes Executivo Estadual e Municipais, Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública e OAB, contemplando todas as ações desenvolvidas por esses entes voltadas a esse público, desde a porta de entrada;
- Estabelecer formalmente a EAP dentro da estrutura organizacional da Secretaria de Estado de Saúde, por meio do Decreto de Estrutura e Regimento Interno.
- Ampliar e habilitar a Equipe do serviço de avaliação e monitoramento das medidas terapêuticas aplicadas às pessoas com transtorno mental em conflito com a lei (EAP) do Estado junto ao Ministério da Saúde;

- Fomentar a instituição e habilitação de Equipes do serviço de avaliação de monitoramento das medidas terapêuticas aplicadas às pessoas com transtorno mental em conflito com a lei (EAP);
- Substituir o exame pericial de cessação de periculosidade por avaliação multidisciplinar das necessidades, habilidades e potencialidades, superando o paradigma da periculosidade no trato da pessoa com transtorno mental, por meio de elaboração de Orientação Técnica Conjunta da SES e POLITEC;
- Regulamentar, por meio do Provimento da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ), a atuação do Judiciário em relação à pessoa com transtorno mental em conflito com a lei à luz da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, Lei 10.216/2001 e Lei 12.146/2015;
- Fortalecer a Política de Saúde e a Rede de Atenção Psicossocial, com destinação orçamentária, visando à sua ampliação, especialmente com a implantação de CAPS, das diferentes modalidades, inclusive CAPS III, e Residências Terapêuticas Regionalizadas no Estado;
- Fortalecer a articulação entre a equipe de EAP e o Serviço de Atenção à Pessoa Custodiada para a atuação nas audiências de custódia;
- Estabelecer interinstitucionalmente fluxo específico de saúde mental para o encaminhamento aos serviços de saúde do SUS e SUAS via Audiência de Custódia, considerando os serviços de urgência e emergência e socioassistencial.
- Integrar as políticas públicas em saúde e assistência social ao contexto da porta de entrada e de saída do sistema penitenciário.
- Sensibilizar o Sistema de Justiça e promover o conhecimento e articulação com a Rede de Saúde e Socioassistencial do Estado e Municípios para uma atuação integrada;
- Realizar formação continuada de saúde mental e direitos humanos destinada aos operadores do Direito;

Os compromissos aqui assumidos serão de responsabilidade conjunta dos signatários(as) e serão realizadas por meio de **Grupo de Trabalho Intersetorial**, a ser formalizado por meio de Portaria Conjunta, composto por, no mínimo, integrantes do Tribunal de Justiça, Ministério Público, Defensoria Pública Estadual, Ordem dos Advogados, do Governo do Estado do Mato Grosso (Saúde, Administração Penitenciária e Assistência Social), cujos representantes deverão ser indicados até o dia 07 de Outubro do corrente ano.

Cuiabá - MT, 23 de setembro de 2021.

Poder Judiciário de Mato Grosso - GMF/TJMT

Ministério Público de Mato Grosso - MPMT

Defensoria Pública de Mato Grosso - DPMT

Ordem dos Advogados do Brasil - MT - OAB/MT

Secretaria Adjunta de Administração Penitenciária- SAAP/SESP

Secretaria de Estado de Saúde - SES

Secretaria de Estado de Assistência Social - SESTAC

Perícia Oficial e Identificação Técnica -POLITEC

Após a leitura pública da presente carta do evento **“Direito Penal e Saúde Mental: Construindo uma política antimanicomial”**, assinam os representantes do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso, Ministério Público do Estado de Mato Grosso, Secretaria Adjunta de Administração Penitenciária, Secretaria de Estado de Assistência Social e Cidadania e Secretaria de Estado de Saúde.

ANEXO 1 - PROGRAMAÇÃO

Webinário

DIREITO PENAL e SAÚDE MENTAL:

Construindo uma política antimanicomial.

21 a 23 de setembro

Palestras, Painéis, Mesa Redonda e Apresentação de casos e fluxos, com juristas e especialistas de Mato Grosso e do Brasil.

Inscreva-se e confira a Programação!

PROGRAMAÇÃO

21 de Setembro (terça-feira)

8h30 Mesa de Abertura

8h50 Painei 1 - Tecendo redes de atenção à saúde mental de pessoas em conflito com a lei pós reforma psiquiátrica

Mediador: Desembargador Mario Kono

Daniela Santos Bezerra - Doutora em Psicologia e autora do livro "O lugar da Clínica na Reforma Psiquiátrica Brasileira - Política e Psicanálise oito anos após a Lei 10.216"

Ludmila Cerqueira Correia - Doutora em Direito, Professora da UFPB e coordenadora do Grupo de Pesquisa e Extensão Loucura e Cidadania

Renata Goya - Promotora de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul (MP/MS)

Ana Carolina Khouri - Defensora Pública do Estado de Pernambuco (DP/PE)

11h00 Encerramento

22 de Setembro (quarta-feira)

9h00 Painei 2 - Percursos e aprendizados dos Programas de Atenção ao Paciente Judiciário

Mediadora: Natália Vilar Pinto Ribeiro - integrante do Eixo de Cidadania do Programa Fazendo Justiça (CNJ/PNUD)

Janete Valois - Coordenadora das equipes de EAP e da Saúde Prisional do Maranhão

Haroldo Caetano - Promotor de Justiça de Goiás, idealizador do Programa de Atenção ao Louco Infrator (PAII)

Luís Fernando Nigro Correa - Juiz de Direito e Coordenador Executivo do Programa PAI PJ do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

Representante da EAP de Mato Grosso

11h00 Intervalo

14h00 Apresentação de casos exitosos e fluxos de atendimento a pessoa com transtorno mental em conflito com a lei:

Coordenação: Maria Aparecida Milhomem (SES/MT), Lenil Figueiredo (SAAP/SESP/MT)

Apresentação casos: Equipe de Atendimento a Pessoa com Transtorno Mental em Conflito com a Lei (EAP) e Equipe do Serviço de Atendimento à Pessoa Custodiada (APEC)

Colaboração: Lucineia Rocha Oliveira (Consultora em Audiências de Custódia em Sergipe, Programa Fazendo Justiça - CNJ/PNUD/UNODC)

16h00 Encerramento

23 de Setembro (quinta-feira)

14h00 Mesa redonda com representantes do Sistema de Justiça e Governo do Estado sobre desafios e possibilidades na construção de uma política de atenção em saúde mental para pessoas com transtorno mental em Mato Grosso

Encaminhamentos e coordenação dos trabalhos:

Geraldo Fidelis - Juiz Titular da 2ª Vara Criminal da Comarca de Cuiabá e Coordenador do GMF/TJMT

16h30 Encerramento



Inscrições até 21/set

Organização:



Apoio:



ANEXO 2 - PAINÉIS

Webinário

DIREITO PENAL e SAÚDE MENTAL:

Construindo uma política antimanicomial.

21 a 23 de setembro

PROGRAMAÇÃO DIA 21 DE SETEMBRO (terça-feira)

09:30 Mesa de Abertura

09:50 **Painel 1 - Tecendo redes de atenção à saúde mental de pessoas em conflito com a lei pós reforma psiquiátrica**

Mediador: Desembargador Mario Kono

Daniela Santos Bezerra - Doutora em Psicologia e autora do livro "O lugar da Clínica na Reforma Psiquiátrica Brasileira - Política e Psicanálise oito anos após a Lei 10.216"

Ludmila Cerqueira Correia - Doutora em Direito, Professora da UFPB e coordenadora do Grupo de Pesquisa e Extensão Loucura e Cidadania

Renata Goya - Promotora de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul (MP/MS)

Ana Carolina Khouri - Defensora Pública do Estado de Pernambuco (DP/PE)

11:00 Encerramento

Inscrições até 21/set

Organização: GMF, ESMAPE, MPMT, ESDEP, FAZENDO JUSTIÇA

Apoio: AB, Mato Grosso, Mato Grosso, Mato Grosso, CNI

Webinário

DIREITO PENAL e SAÚDE MENTAL:

Construindo uma política antimanicomial.

21 a 23 de setembro

PROGRAMAÇÃO DIA 22 DE SETEMBRO (quarta-feira)

09:00 **Painel 2 - Percursos e aprendizados dos Programas de Atenção ao Paciente Judiciário**

Mediadora: Natália Vilar Pinto Ribeiro - integrante do Eixo de Cidadania do Programa Fazendo Justiça (CNI/PNUD)

Janete Valois - Psicóloga Clínica e Mestre em Psicologia Social, Coordenadora das equipes de EAP e da Saúde Prisional do Maranhão

Haroldo Caetano - Promotor de Justiça de Goiás, idealizador do Programa de Atenção ao Louco Infrator (PAII)

Luis Fernando Nigro Correa - Juiz de Direito e Coordenador Executivo do Programa PAI PJ do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

Larissa Cristhiane Oliveira Rondon - Enfermeira, Professora de Saúde Coletiva e responsável técnica da equipe EAP - Serviço de Avaliação e Acompanhamento de Medidas Terapêuticas Aplicáveis a Pessoas com Transtorno Mental em conflito com a lei da Secretaria de Estado e Segurança Pública do Mato Grosso.

11:00 Encerramento

Inscrições até 21/set

Organização: GMF, ESMAPE, MPMT, ESDEP, FAZENDO JUSTIÇA

Apoio: AB, Mato Grosso, Mato Grosso, Mato Grosso, CNI

Webinário

DIREITO PENAL e SAÚDE MENTAL:

Construindo uma política antimanicomial.

21 a 23 de setembro

PROGRAMAÇÃO DIA 22 DE SETEMBRO (quarta-feira) vespertino

14:00 Apresentação de casos exitosos e fluxos de atendimento a pessoa com transtorno mental em conflito com a lei:

COORDENAÇÃO:
Maria Aparecida Milhomem
Enfermeira especialista em saúde mental e técnica da SES/MT

Lenil Figueiredo Professora da Universidade de Cuiabá no curso de Serviço Social, Assistente Social da Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos (SESP/MT)

APRESENTAÇÃO DE CASOS:
Lucineia Rocha Oliveira (Consultora em Audiências de Custódia em Sergipe, Programa Fazendo Justiça - CNI/PNUD/UNODC)

Tâmara Veruska Souza Silva - Assistente Social da Equipe EAP - Serviço de Avaliação e Acompanhamento das Medidas Terapêuticas Aplicáveis a Pessoas com Transtorno Mental em conflito com a lei da SESP/MT

Khatya Araujo - Psicóloga Forense desenvolve suas atividades junto a equipe psicossocial na Audiência de Custódia do Fórum de Cuiabá.

Leonço Alvaro Costa Filho - Psicólogo no setor de Psicossocial da Gerência de Custódia da Vara de Custódia

16:00 Encerramento

Inscrições até 21/set

Organização: GMF, ESMAPE, MPMT, ESDEP, FAZENDO JUSTIÇA

Apoio: AB, Mato Grosso, Mato Grosso, Mato Grosso, CNI

Webinário

DIREITO PENAL e SAÚDE MENTAL:

Construindo uma política antimanicomial.

21 a 23 de setembro

PROGRAMAÇÃO DIA 23 DE SETEMBRO (quinta-feira)

14:00 **Painel 3 - MESA REDONDA com representantes do Sistema de Justiça e Governo do Estado sobre desafios e possibilidades na construção de uma política de atenção em saúde mental para pessoas com transtorno mental em Mato Grosso**

Mediador:
Geraldo Fidelis - Juiz Titular da 2ª Vara Criminal da Comarca de Cuiabá e Coordenador do GMF/TJMT

Participantes:
Marcos Rondon Silva - Defensor Público de Segunda Instância

Leonardo Luis Nunes Bernazzoli - Advogado Criminalista, Secretário Geral da Comissão Estadual de Direitos Humanos da OAB/MT.

Carlos Rubens de Freitas - Promotor de Justiça, colaborador do Centro de Apoio Operacional da Defesa dos Direitos Humanos Diversidade e Segurança Alimentar

Jean Carlos Gonçalves - Policial Penal atualmente exercendo o cargo de Secretário Adjunto de Administração Penitenciária.

Sibeli Nardoni Roika - Advogada do Sistema Penitenciário de Mato Grosso. Atualmente Superintendente de Política Penitenciária da Secretaria Adjunta de Administração Penitenciária - SAAP.

Ligia Paula Passos Lima - Psicóloga atualmente desenvolvendo atividades na Coordenadoria de Gestão de Pessoas na SETASC/MT.

Encaminhamentos e coordenação dos trabalhos:
Geraldo Fidelis - Juiz Titular da 2ª Vara Criminal da Comarca de Cuiabá e Coordenador do GMF/TJMT

16:00 Encerramento

Inscrições até 21/set

Organização: GMF, ESMAPE, MPMT, ESDEP, FAZENDO JUSTIÇA

Apoio: AB, Mato Grosso, Mato Grosso, Mato Grosso, CNI

